

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.423.049 - RJ (2018/0345209-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM
AGRAVADO : LUIZA PINTO AREAL
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. LOCALIZAÇÃO DE BENS. INFOJUD. NECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de AGRADO DE INSTRUMENTO interposto pelo DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, com pedido de efeito suspensivo, alvejando decisão que, nos autos de execução fiscal, indeferiu o pedido de utilização de INFOJUD.

2. Consoante entendimento desta Egrégia Corte, apenas em casos de decisão teratológica, com abuso de poder ou em flagrante descompasso com a Constituição, a Lei ou com a orientação consolidada de Tribunal Superior ou deste Tribunal, seria justificável sua reforma pelo órgão ad quem, em agravo de instrumento.

3. Esta Egrégia Corte Regional Federal já asseverou que as decisões monocráticas do STJ que são favoráveis à pretensão da parte recorrente 'não se debruçam sobre a quebra de sigilo fiscal empreendido com a utilização do Sistema INFOJUD', tendo ressaltado, também, que 'o Supremo Tribunal Federal, por sua vez, já se posicionou acerca da excepcionalidade da medida que implique, em sede de execução, em quebra de sigilo fiscal com o objetivo de localização de bens passíveis de penhora' (AG 0007581-15.2016.4.02.0000, Desembargador Federal ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, Quinta Turma Especializada, Data de decisão: 04/10/2016, Data de disponibilização: 07/10/2016).

4. Na hipótese, a parte agravante não parece ter demonstrado o

Superior Tribunal de Justiça

esgotamento das diligências cabíveis para localização de bens da parte devedora nem a existência de dificuldades na obtenção dos dados solicitados por meio extrajudicial, circunstância esta que recomenda a manutenção da decisão prolatada pelo Magistrado de primeiro grau.

Precedentes do STJ e do TRF da 2ª Região.

5. Recurso desprovido" (fl. 130e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 774, 797 e 835, I, do CPC/2015, sustentando o seguinte:

"Ora, a execução fiscal é realizada no interesse do credor, conforme preceitua o art. 797 do CPC/15), e, ademais, há interesse da justiça na utilização do referido sistema, na medida em que há efetivo risco de que o valor do crédito não seja satisfeito, haja vista que, apesar de devidamente intimado, o exequente deixou de quitar a dívida e oferecer bens em garantia do juízo, e, ainda, foi infrutífera a diligência via Bacenjud, o que significa dizer há efetiva possibilidade de o Judiciário não prestar a tutela jurisdicional pretendida pelo exequente/credor.

Diante disso, é inequívoco que a utilização do sistema Infojud visa atender inexoravelmente o interesse da Justiça.

(...)

A Lei n. 11.382/2006, cuja redação restou mantida pelo novo CPC, alterou o entendimento de que seria necessário que o credor esgotasse todos os meios disponíveis para localização de bens do devedor para se deferir a penhora de dinheiro depositado em instituição financeira, através do sistema BACENJUD. O Egrégio STJ reviu seu entendimento anterior, conforme se constata do seguinte aresto, representativo da controvérsia:

(...)

Assim, esperar pelo esgotamento dos meios extrajudiciais para a localização de bens do devedor atenta contra o comando constitucional que zela pela celeridade do processo. Deve-se adotar posicionamento semelhante ao que foi acima utilizado para o deferimento de realização da penhora via sistema BACENJUD, devendo-se deferir a utilização do sistema INFOJUD, após utilizado outros meios para localização de bens do devedor.

De fato, nos termos do acórdão recorrido, seria o caso de o exequente, além de já ter requerido o BACENJUD e diante da certidão negativa do oficial de justiça, ainda realizasse a busca de bens

Superior Tribunal de Justiça

por meio de diligências extraoficiais.

Dessa forma, mostra-se totalmente equivocado tal posicionamento, na medida alonga a duração do processo, com a utilização de diligências, por vezes, dispendiosas e pouco frutíferas.

(...)

Tal questão já encontra, inclusive, pacificada no Superior Tribunal de Justiça, que tem reiteradamente decidido, monocraticamente, que o mesmo entendimento adotado para o BACENJUD no REsp n. 1184765/PA, acima transcrito, deve ser aplicado ao RENAJUD e ao INFOJUD, porquanto, são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados (Citem-se os seguintes julgados: AREsp 770173, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 15/02/16; AREsp 505180; Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 12/02/16; REsp n. 1565081, Relatora Ministra Regina Helena Costa, DJe 01/12/15; REsp n. 1565101, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJe de 13/11/15; AgRg no REsp n. 1322436, Relatora Ministra Assusete Magalhães, DJe de 17/08/15)" (fls. 137/143e).

Por fim, requer "seja conhecido e provido o recurso especial, interposto nos termos das alíneas 'a' e 'c', do inciso III, do art. 105 da Constituição Federal, para reformar o v. acórdão do TRF da 2ª Região, tendo em vista a violação aos artigos 774; 797 e 835, I, do CPC/15, e da divergência notória em relação à posição consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, aqui estampada no REsp 1679562/RJ, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, j. em 22/08/2017, DJe 13/09/2017, (...), e reconhecer que 'é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal, após o advento da Lei n. 11.382/2006, com vigência a partir de 21/01/2007', conforme apontado pelo aresto paradigma" (fl. 160e).

Sem contrarrazões (fl. 166e).

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 172/174e), foi interposto o presente Agravo (fls. 177/184e).

Não há contraminuta (fl. 185e).

A irresignação merece prosperar.

O Tribunal regional, ao entender que "a parte agravante não parece ter demonstrado o esgotamento das diligências cabíveis para localização de bens da parte devedora nem a existência de dificuldades na obtenção dos dados solicitados por meio extrajudicial" (fls. 128/129e), decidiu em dissonância do entendimento desta Corte.

Com efeito, na linha do entendimento pretoriano já consagrado em relação ao

Superior Tribunal de Justiça

BACENJUD, é desnecessário o prévio esgotamento de medidas tendentes à localização de bens do executado para o fim de possibilitar a utilização do INFOJUD e do RENAJUD.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. CONSULTA AO SISTEMA INFOJUD. NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS A FIM DE LOCALIZAR BENS DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

(...)

2. A instância de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não emitiu juízo de valor sobre o art. 620 do CPC/1973 (princípio da menor onerosidade) e 185-A do CTN (cabimento da indisponibilidade dos bens).

3. É inadmissível Recurso Especial quanto a questão inapreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Incidência da Súmula 211/STJ.

4. O acórdão recorrido consignou: 'A questão centra-se na insatisfação das agravantes ante a decisão monocrática que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão agravada que deferiu a penhora 'on line' pelo sistema BACEN-JUD. (...)

Quanto ao bloqueio dos depósitos bancários, não restou comprovado a natureza salarial dos valores bloqueados, sendo certo que a matéria não comporta mais discussão, pois em Recurso Repetitivo (STJ REsp 1, 112.943-MA, Rei, Min. Nancy Andrighi, ocorrido em 15/09/2010), ficou sedimentado o entendimento da possibilidade da penhora 'online' pelo sistema BACENJUD, sem a necessidade prévio exaurimento na busca de outros bens do executado, colacionando para tanto, julgados que perfilham este entendimento. '(fl. 614, e-STJ)

5. O Tribunal a quo está em consonância com o Superior Tribunal de Justiça que em precedente submetido ao rito do art. 543-C firmou entendimento segundo o qual é desnecessário o esgotamento das diligências na busca de bens a serem penhorados a fim de autorizar-se a penhora on-line (sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD), em execução civil ou execução fiscal. (AgInt no REsp 1.184.039/MG, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 4/4/2017).

Superior Tribunal de Justiça

6. Recurso Especial não conhecido" (STJ, REsp 1.724.422/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SISTEMAS BACEN-JUD, RENAJUD OU INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a utilização dos sistemas BACEN-JUD, RENAJUD ou INFOJUD não estaria condicionada ao esgotamento de diligências.

2. Sendo assim, o Tribunal a quo, ao concluir pelo esgotamento de diligências para a utilização do sistema INFOJUD, decidiu em confronto com a jurisprudência desta Corte. Nesse sentido: AgRg no REsp 1.322.436, Rel. Ministra Assusete Magalhães, DJe 17/8/2015; REsp 1.522.644, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 1º/7/2015; AgRg no REsp 1.522.840; Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 10/6/2015; REsp 1.522.678, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 18/5/2015.

3. Recurso especial a que se dá provimento" (STJ, REsp 1.703.669/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. SISTEMA INFOJUD. ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS. DESNECESSIDADE.

I - O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados.

II - Atualmente, a questão se encontra pacificada, nos termos do precedente fixado pela Corte Especial do STJ, no julgamento do REsp 1.112.943/MA, sujeito ao rito dos recursos repetitivos.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/04/2017).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PESQUISA DE BENS VIA INFOJUD. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DE

DILIGÊNCIAS.

1. Não ocorre contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame, como ocorreu na espécie.

2. **'O STJ posiciona-se no sentido de que o entendimento adotado para o Bacenjud deve ser aplicado ao Renajud e ao Infojud, haja vista que são meios colocados à disposição dos credores para simplificar e agilizar a busca de bens aptos a satisfazer os créditos executados' (AgInt no REsp 1.619.080/RJ, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 19/4/2017).**

3. Recurso especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.667.420/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/06/2017).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **c**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **dar provimento** ao Recurso Especial, de modo a autorizar, no caso, a utilização do sistema INFOJUD.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora